



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2679 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 20 - Psicologia da Educação

Escritas que narram experiências de inclusão e mediação

Maria Clara de Almeida Carijó - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Marina Castro - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Este trabalho analisa escritas docentes produzidas no interior de um projeto de pesquisa e extensão sobre o tema da inclusão e da mediação educacionais de alunos com deficiências nas escolas, numa Universidade pública da Baixada Fluminense. As trocas suscitadas por meio da escrita permitiram a problematização de referenciais medicalizantes, contribuindo para a produção de novos olhares para a relação com a deficiência, que considerassem o cuidado, a interdependência, a singularidade, a alteridade e as potencialidades das pessoas. Além desses aspectos, foi possível pensar a formação docente, com ênfase do lugar da psicologia nesse processo.

Palavras-chave: mediação; inclusão; escrita docente.

Introdução

Este trabalho analisa escritas docentes produzidas no interior de um projeto de pesquisa e extensão sobre o tema da inclusão e da mediação educacionais de alunos com deficiências nas escolas, numa Universidade pública da Baixada Fluminense. As discussões dos encontros priorizaram as experiências docentes, tendo o modelo social de deficiência como referência (DINIZ, 2012). Proposto no âmbito dos estudos sobre deficiência (*disabilities studies*), esse modelo se opõe à ideia dominante de deficiência como um problema individual ou uma tragédia pessoal, defendendo que seriam contextos sociais e políticos pouco sensíveis à diversidade humana que a produziram. Assim, visa superar o modelo biomédico hegemônico, que identifica a causa da deficiência em uma lesão ou impedimento de ordem física ou cognitiva que, por sua vez, restringiria a participação social de uma pessoa. Buscando alterar essa lógica, defende que as barreiras e restrições experimentadas são impostas pela sociedade, que “deficientiza” determinados corpos. A deficiência é produzida, portanto, no encontro com contextos pouco sensíveis às diferenças humanas, e não por um corpo fora da norma.

Mais do que introduzir novidades teórico-conceituais no campo de estudos da deficiência, o modelo social produz implicações políticas, que se fazem sentir em diversos âmbitos da sociedade. No território da educação inclusiva, esse modelo permite pensá-la não como uma modalidade da educação que objetiva adaptar indivíduos para viver na escola e na sociedade, mas transformar as práticas escolares e sociais a fim de possibilitar a participação plena de todos (VALLE; CONNOR, 2014).

As questões privilegiadas neste artigo emergiram da interlocução com as participantes, tendo como objeto de estudo os relatos escritos produzidos ao longo dos encontros. Assim, foram identificadas categorias de análise que permitiram a problematização das práticas de mediação e inclusão, bem como do papel da psicologia na formação docente.

Participaram do projeto 28 educadoras, da rede pública em sua maioria, e 7 membros da equipe da universidade. Foram sete encontros presenciais no período de abril a julho de 2017. Os diálogos travados em cada encontro alimentavam e incitavam a organização e o planejamento das atividades seguintes, criando interlocução com o grupo a partir das experiências compartilhadas. Produções escritas sobre deficiência e as práticas inclusivas na escola foram construídas em todos os encontros. As trocas suscitadas por meio da escrita permitiram a problematização de referenciais medicalizantes (FÓRUM, 2015), apontando para novos olhares para a relação com a deficiência, que considerassem o cuidado, a interdependência, a singularidade, a alteridade e as potencialidades das pessoas.

A metodologia adotada nesta investigação pautou-se numa abordagem qualitativa que enfatiza a descrição, um

movimento de pesquisa que valoriza as percepções sociais, as relações entre os sujeitos, portanto dialógica, assumindo um olhar sócio-histórico para análise dos fenômenos. A escrita foi uma estratégia privilegiada para a reflexão da prática docente, possibilitando a produção de conhecimento. Ou seja, a escrita teve duplo papel – pensar a formação e a pesquisa.

A garantia de espaço e tempo para partilha de histórias sobre pessoas, acontecimentos, relações, emoções favoreceu a produção de vínculos, elos entre os sujeitos, fazendo do registro um caminho de perpetuação das experiências. A escrita é uma atividade humana, uma prática social, historicamente produzida e contextualizada. Assim, as narrativas trazem fios entre as experiências dos sujeitos e dos conhecimentos produzidos na história (JOBIM E SOUZA; KRAMER, 2008); o conhecimento compartilhado traz a narrativa como espaço dialógico, de produção de linguagem, que permite a transformação do sentido social e político da educação.

A escrita docente abre espaço para a reflexão sobre a própria prática, dando materialidade ao pensamento, permitindo que as educadoras voltem “ao passado, enquanto se está construindo a marca do presente” (FREIRE, 2014, p.55). Nesse processo de reflexão sobre o trabalho pedagógico, as docentes assumem o lugar de autoras, produzindo o confronto entre as demandas do cotidiano e do aprofundamento teórico. Assim, a narrativa abre espaço para o falar, o ouvir, o ler e o escrever, levando as professoras a refletirem sobre sua trajetória e seu fazer cotidiano. Para Madalena Freire (2014), a escrita é um instrumento poderoso para a construção da consciência pedagógica e política, de um pensamento crítico, possibilitando às professoras apropriação de suas histórias – “O registro da prática é o fio que vai tecendo a história do nosso processo. É através dele que ficamos para os outros” (FREIRE, 2014, p.55). A aposta na escrita como caminho de problematização de concepções e práticas ficaram evidentes nas escritas das participantes, que serão mais a frente analisadas.

Esse caminho traz uma perspectiva humana, em que as histórias dos sujeitos, através da escrita, são valorizadas. A escrita foi o eixo condutor das discussões e análises deste estudo, e teve como ponto de partida as relações, a opção de entrar em contato com os sujeitos, de estabelecer diálogos, identificar tensões, lidar com a alteridade, com o desafio do conhecimento do outro (KRAMER; JOBIM, 2008). Essa concepção permite uma crítica à racionalidade técnica, não trazendo o discurso científico como único, mas como um saber teórico construído no cotidiano das relações sociais, em permanente troca entre as visões de mundo. O estudo aqui realizado incorpora em seu processo contradições, dúvidas e incertezas explicitadas, a fim de que pesquisadoras e professoras pudessem ver, ler, interpretar, concluir, perceber pontos de encontro e afastamentos.

O que dizem as professoras?

A partir da compreensão de que os discursos têm sempre um sentido e uma direção; de que as palavras contêm forças e valores ideológicos, intenções, significados; e de que a situação dialógica é enriquecida nos debates travados entre sujeitos (KRAMER, 2007), os registros docentes se colocaram como oportunidade para reflexão dos temas da mediação e da inclusão educacional, e também do lugar que a psicologia tem assumido na formação e na prática docente.

As participantes do projeto foram convidadas a construir um diário de campo, em que registrassem o que as havia marcado em cada encontro e em cada leitura, de maneira que não se perdesse aquilo que as houvesse provocado, afetado. Ao longo dos encontros, diferentes questões foram apresentadas com a finalidade de disparar suas narrativas, como quando foi pedido que contassem um encontro marcante com uma pessoa com deficiência, apresentassem reflexões sobre o laudo na escola (potencialidades e limites dessa prática), fizessem diferentes registros de práticas de inclusão e mediação, apresentassem um aluno em situação de inclusão sem mencionar diagnóstico, entre outras.

O exercício de leitura e releitura dos registros docentes dos professores permitiu a identificação das unidades de sentidos que dialogam com os referenciais teóricos apresentados neste estudo. Esse processo de construção de categorias privilegiou a interpretação dos textos, numa busca pelos sentidos manifestos nos eventos, mas também pelos não ditos. Para este trabalho, serão apresentadas três categorias analisadas a partir dos relatos.

As análises dos eventos não têm como objetivo encerrar as práticas docentes como adequadas ou inadequadas, já que se compreende que fazem parte de uma realidade social multifacetada. O conceito de ambivalência dialética de Bakhtin (2003) foi muito relevante para esse movimento de análises, já que enfatiza a simultaneidade entre a afirmação e a negação, o caráter polifônico, plural e múltiplo do discurso. Essa dialética dialógica traz uma postura de aceitação e tolerância com o diferente, uma postura crítica que se afasta do monólogo, toma o discurso num sentido crítico (KRAMER, 2007).

O valor da escrita como metodologia de formação e de pesquisa foi reconhecida pelas participantes, como é possível identificar nos fragmentos selecionados de três avaliações anônimas realizadas no último encontro, no dia 14 de julho de 2017.

A maioria dos textos compartilhei com colegas de trabalho, a possibilidade de escrita, me fez ver a necessidade do registro e o desejo pela pesquisa, necessário para uma futura vida acadêmica. (...) A escrita nos faz repensar e pensar nossa prática que às vezes está estagnada a ações do cotidiano/rotina sem reflexão. A partilha em pequenos grupos possibilitou a troca e laços de amizade (Avaliação 1).

Confesso que cheguei ao curso na busca por reflexões acerca da minha prática e na tentativa de ampliar o conhecimento sobre o tema, a fim de contribuir na formação continuada dos professores da Unidade Escolar no qual atuo como Orientadora Educacional. Todavia eu não imaginava que os diálogos produziram tamanha inquietação.

Esses encontros me ajudaram a refletir sobre o meu olhar sobre o outro e o quanto esse olhar pode rotular, excluindo alguém que é cheio de “potencialidades”. Para mim, o curso ampliou minha visão, dando-me um novo olhar, que me permite repensar a minha prática. Os diálogos só colocaram em mim o desejo de visitar essa temática, o curso foi só um começo da reflexão (Avaliação 2).

A escrita é vivida pelas participantes como um ato de desnudar-se, trazendo implicações para os sujeitos, uma possibilidade de rever os caminhos assumidos no trabalho pedagógico, um distanciamento dos hábitos e daquilo que é excessivamente conhecido, abrindo espaço para o novo. Também destacam a oportunidade de encontro, de sair do isolamento e construir espaço de interlocução com seus pares. Contudo, chama atenção o último evento selecionado que usa a palavra potencialidades entre aspas, emergindo a seguinte questão: será que o registro da professora demonstra certa dúvida em reconhecer as potencialidades dos alunos com deficiências? A tarefa de problematizar concepções cristalizadas sobre deficiência e mediação não é simples, a formação não é linear, é marcada por tensões e disputas de entendimentos sobre a função da escola e do compromisso docente.

Os relatos de algumas professoras indicaram, também, a existência de uma **expectativa de um futuro de normalidade** para os alunos com deficiência, com base em um padrão previamente estabelecido.

Eu tenho FÉ em Deus que esse vai ser um daqueles casos que a Ciência não explica. Ele vai andar (MF, 14/07/2017).

A família tem enormes expectativas em relação à aprendizagem de nível acadêmica da aluna, acreditando que um dia ela terá uma vida acadêmica e profissional de sucesso em nível de “normalidade” (PB, 14/07/2017).

O primeiro relato apresenta uma relação com a deficiência dominada por sua compreensão como tragédia pessoal. Certo sentimento de pena e uma atitude assistencialista, que se relacionam com essa forma de entender a deficiência, também estão presentes em outros trechos do relato da participante, em que expressa constante preocupação com a integridade física da criança, mesmo quando esta se encontra envolvida em ações cotidianas de pouco risco. Essa concepção é ainda reforçada por uma espécie de desejo de um milagre que restituísse ao aluno a capacidade de andar - habilidade que parece fundamental para sua concepção de uma vida feliz e completa.

O segundo fragmento faz uma associação entre a ideia de sucesso e de normalidade, não reconhecendo a diversidade das experiências dos alunos, não apenas com deficiências. O uso de aspas remete, entretanto, a certa ambiguidade de sua posição: ao mesmo tempo que reconhece que a noção de normalidade precisa ser problematizada, esta ainda parece ser uma referência importante para a professora pensar o trabalho pedagógico, como também modos de se relacionar com a deficiência.

Podemos notar, ainda, que os relatos reproduzem discursos capacitistas, mesmo que em versão sutil. Segundo Mello (2016, p. 3272), o capacitismo “alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade.” De acordo com essa visão, o corpo deficiente seria incompleto ou passível de reparação/reabilitação se comparado aos padrões corporais e funcionais hegemônicos. Os textos produzidos pelas professoras parecem apontar para uma norma padrão considerada superior que é tomada como referência e com a qual elas, frequentemente, comparam seus alunos, lamentando-se pela perspectiva de que esses não consigam alcançá-la.

Por fim, identifica-se nos relatos o que poderia se chamar de certo **apego ao diagnóstico**, entendido como a dificuldade das professoras em descrever seus alunos sem mencionar seus diagnósticos médicos e psicológicos. Algumas participantes, logo no início do relato, apresentaram o diagnóstico, enquanto que outras que pareciam conseguir realizar a tarefa acabaram apresentando um termo médico para a deficiência no final do texto. Uma educadora, mesmo sem mencionar o diagnóstico, afirmava as qualidades da criança como se fosse uma surpresa – “Ela é muito falante, não tem vocabulário limitado (seu vocabulário é bastante extenso)” (T, 14/07/2017). Em outro momento, afirma: “Não possui dificuldade na socialização, interage com todas as crianças, inclusive de outras turmas” (T, 14/07/2017); “não é tanto para o contato nos olhos, (...) mas ainda assim demonstra muito afeto (...)”.

Se por um lado muitos relatos evidenciaram a força do laudo médico encerrando o olhar dos profissionais para a falta, para as incapacidades dos alunos, não permitindo um maior aprofundamento das relações, destaca-se a produção da última educadora que demonstra um processo de transição, que pode ser considerada sutil numa primeira leitura, mas é bastante significativa. O diagnóstico ainda parece ser uma referência para apresentação da aluna – ainda que para destacar características que não são esperadas dele. Contudo, a sua escrita aponta para uma transformação de concepção, uma busca pelas potencialidades da aluna, afirmando aspectos que podem desestabilizar o poder de verdade dos diagnósticos. Seu movimento de problematização fica evidente quando afirma: “É uma criança que me surpreende diariamente pela sua inteligência e suas potencialidades (...) É também a prova real de que o saber médico não é absoluto quando remete a deficiência à um determinado estereótipo de assimetria e inferioridade” (T, 14/07/2017).

Considerações finais

Este trabalho realizou recortes com o objetivo de evidenciar sentidos para as práticas de mediação e inclusão na escola, a partir dos relatos das professoras, com a compreensão de que: “Todo enunciado, mesmo o mais simples, é um acontecimento; uma espécie de drama cujos papéis mínimos são o locutor, o objeto e o ouvinte” (AMORIM, 2004, p. 121). Ter a escrita docente como objeto de estudo trouxe contribuições importantes para pensar a formação docente, com ênfase no lugar da psicologia nesse processo. Apesar do fortalecimento de uma psicologia crítica que questiona a “racionalidade médica voltada para disciplinarização dos sujeitos e constituição de determinadas relações sociais”

(HORA, 2011, p. 21), o olhar biomédico é ainda marcante no contexto atual. A presença de um modelo psicológico que tem o controle, o diagnóstico, a categorização e a diferenciação como marca, fortalece a produção de uma política de exclusão na escola, principalmente em relação às crianças com deficiência.

Diante das análises realizadas, é urgente a produção de uma atitude responsiva em relação aos alunos com deficiências, levando os educadores à criação de novas indagações, baseados numa psicologia crítica que aposte nas relações, que pense na diversidade e na singularidade os desafios e as questões sobre mediação e inclusão no cotidiano da escola. Sawaya (2002) aponta, como contribuição da psicologia para a formação do professor, a escuta de suas práticas, a garantia de um espaço de troca no qual se propicie o autoconhecimento, bem como o conhecimento de seus alunos, levando à “reconstrução do seu trabalho a partir de um compromisso com o aluno-sujeito em suas diferenças, em suas necessidades, suas capacidades” (p. 211).

Ainda é importante ressaltar que não se pretendeu classificar e tipificar o trabalho do professor, o que apagaria a heterogeneidade, fragilizando as dimensões éticas e estéticas do fazer escolar – “entender o ato de educar de uma forma tão viva como vivo é o seu acontecer” (JOBIM E SOUZA; KRAMER, 2008, p. 14). Os encontros com as professoras buscaram romper uma distância entre a realidade da escola e o que se produz e pesquisa na universidade sobre mediação e inclusão, no campo da educação.

Referências

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas* São Paulo: MUSA Editora, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DINIZ, D. *O que é deficiência*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Grupo de trabalho Educação & Saúde. *Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de saúde e educação* Acesso em 20 de outubro, 2016, em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf
- FREIRE, M. *Educador, educa a dor*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2014.
- HORA, D. M. *O olhar clínico do professor: um estudo sobre conteúdos e práticas medicalizantes no currículo escolar*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.
- KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. *História de professores*. 39ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 2008.
- KRAMER, S. *Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas*. In: FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J.; KRAMER, S. (orgs.). *Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2007a. (p. 57 – 76).
- MELLO, A.G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, 2016, pp. 3265-3276.
- SAWAYA, S. Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar. In: OLIVEIRA, M.; SOUZA, D.; REGO, T. (orgs.) *Psicologia e Educação e as temáticas da vida contemporânea* São Paulo: Moderna, 2002, p. 197-213.
- VALLE, J.W., CONNOR, D.J. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola* Porto Alegre: AMGH, 2014.